



**PROCESSO Nº 4572/05 (02 anexos)**

**INFORMAÇÃO Nº 062/08**

**APENSOS:** Processos nºs 040.006.062/05-ap<sup>1</sup> (2 Vols.) e 040.000.456/05-ap<sup>2</sup>

**ORIGEM:** Secretaria de Ação Social - SEAS

**ASSUNTO:** Tomada de Contas Anual

**EMENTA:** Tomada de Contas Anual dos Administradores e demais Responsáveis pela Secretaria de Ação Social (SEAS), pelo Fundo de Assistência Social (FAS) e pelo Fundo de Direitos da Criança e do Adolescente (FDCA), referente ao exercício de 2004. Audiência dos responsáveis. Justificativas improcedentes. Diligência preliminar. Pelo não cumprimento da diligência e acolhimento das sugestões de fs. 349/350.

Senhor Diretor,

Cuidam os autos da Tomada de Contas Anual dos Administradores e demais responsáveis da então Secretaria de Ação Social (SEAS), do Fundo de Assistência Social (FAS) e do Fundo de Direitos da Criança e do Adolescente (FDCA), referente ao exercício de 2004.

02. Nesta fase processual aprecia-se o desdobramento dado à matéria por intermédio da Decisão nº 2056/07, f. 373, por meio da qual o Tribunal assim decidiu: "...preliminarmente, devolver os autos em diligência para que a Corregedoria-Geral do Poder Executivo, no prazo de 60 (sessenta) dias, pronuncie-se conclusivamente com relação aos fatos narrados nos parágrafos 13, 14 e 15 do Parecer do Ministério Público (fls. 351/356)". Para melhor entendimento dos fatos abordados pelo Ministério Público, transcrevemos a seguir os citados parágrafos.

"13. A questão atinente à "liquidação e pagamento de despesa sem respaldo em documento idôneo e sem atesto da execução dos serviços recebidos", no que tange à empresa O Universitário Restaurante, Indústria, Comércio e Agropecuária Ltda., são graves. Frise-se que no SISCOEX/2004 consta do relatório 10 maiores credores o Universitário Restaurante, Indústria, Comércio e Agropecuária Ltda., cujo valor empenhado foi de **R\$ 4.592.894,92**. A justificativa encaminhada só vem a corroborar a completa desorganização do órgão, colocando em sérios riscos o erário. O Corpo Técnico, quanto ao assunto, observou:

26. Como dito na Informação de fls. 207, a **liquidação e o pagamento de despesa sem respaldo em documento idôneo e sem o devido atesto da execução dos serviços prestados constituem infrações à norma legal e regulamentar de natureza orçamentária,**



**financeira e contábil - art. 63 da Lei nº 4.320/64 e art's 56 e 58 do Decreto nº 16.098/94 – ensejadoras de irregularidades das contas, nos termos da alínea “b” do inciso III do art. 17 da LC nº 01/94.** Todavia, não vislumbramos a necessidade de instauração de TCE por carecer de evidências de prejuízo.(grifos acrescidos)

14. **Esses elementos, por si sós, comprovam e são suficientes para o julgamento irregular das contas dos gestores.** Além disso, ao ver do MPC/DF pairam dúvidas sobre a efetiva prestação de serviços do Contrato N.º 15/02 – Alimentação preparada, pelo menos em relação ao exercício sob comento. As dúvidas tendem a se aproximar da convicção, caso não fique esclarecido o que a própria empresa informou na Carta encaminhada à Secretaria de Ação Social (fl. 49 do Anexo II – Defesas):

Em resposta ao Ofício em epígrafe, tendo em vista o extravio da primeira via das notas fiscais relativas aos serviços prestados por nossa empresa, por força do Contrato nº 15/2002, declaramos autenticidades dos dados constantes nos referidos documentos fiscais.(grifos acrescidos)

15. Com a devida vênia, o MPC/DF entende que a liquidação e o pagamento de despesa sem respaldo em documento idôneo e sem a devida atestação quanto aos serviços prestados **são informações suficientes para a Corte determinar, em autos apartados, a competente Tomada de Contas Especial, nos termos do § 6 do art. 1º da Resolução N.º 102/98 c/c o art. 9º da LC N.º 01/94.”**

03. Em atendimento à referida Decisão, tempestivamente, foram acostados os expedientes de fs. 882/1094-ap<sup>1</sup>, dentre os quais, a Nota Técnica nº 260/2007, fs. 886/887, expedida pela Diretoria de Acompanhamento e Fiscalização da Execução dos Planos e Programas de Governo, que, ao final, opinou no sentido de que a SEDEST deveria, preliminarmente, verificar se a empresa Universitário Restaurante teria encaminhado os documentos fiscais originais correspondentes às cópias anexadas ao Processo nº 100.000.454/2004 e, conforme o caso, providenciasse o ressarcimento relativos aos documentos inidôneos, amigavelmente, ou mediante TCE.

04. Por meio do Despacho de f. 1085-ap<sup>1</sup>, a Unidade de Administração Geral da SEDEST informou que foram anexadas: a) as primeiras vias das Notas Fiscais nºs 003927 e 020383, ressaltando que as mesmas encontravam-se nos arquivos da empresa (Universitário Restaurante), visto que só foram devolvidos pelas Unidades da então SEAS, após a liquidação e pagamento das despesas; b) segundas vias e cópias dos cupons fiscais e das quartas vias das notas fiscais nºs 020282 (R\$ 97,44) e 020283 (R\$ 86,24), referentes aos controles de formulários nºs 4244 e 4245, respectivamente. Ao final, a SEDEST esclareceu que não havia valores a cobrar relativos a documentos fiscais considerados inidôneos.

05. Por sua vez, mediante a Nota Técnica nº 467/2008 (f. 1088-ap<sup>1</sup>), a Controladoria confirmou a informação da SEDEST, acrescentando que aquela Pasta enviou os documentos solicitados na Nota Técnica nº 316/2008 e providenciou a autenticação das notas fiscais de fs. 913/1061-ap<sup>1</sup>.



06. Assim, a nosso ver, a SEDEST não acrescentou informações e/ou documentos capazes de respaldar a execução dos serviços prestados pela empresa Universitário Restaurante, segundo apontou o subitem 2.1.1 do Relatório de Auditoria nº 152/2005, uma vez que, a situação permaneceu conforme abordagem nas Informações nºs 47/06 (fs. 197/236) e 29/07 (fs. 336/350), transcritas, em parte, abaixo e no Parecer do Ministério Público (item 02 desta Informação).

#### **Informação nº 47/06:**

**“Nossas considerações:** Por entender insuficientes as informações prestadas, comparecemos na SEAS e, por meio da Nota de Inspeção nº 02/06 (fls. 119 e 120-p.p), solicitamos o Processo nº 100.000.454/04, que trata da matéria, cuja análise segue.

Com relação às Notas Fiscais não autenticadas e não atestadas, objeto de questionamento, observamos que perfazem 81 notas relacionadas às fls. 191/193-p.p). Entre elas continuam sem atesto as NF's de nºs 3939, 3940, 4045, 4099, 4368, 4680, 4194, 20319, 3968, 20343, 20344, 5292, 5311, 20264, 20287, 20289, 5306, 20395, 20394, 20295, 20294, 3927 (fls. 147/168-p.p). As atestadas, receberam atesto somente em 2006, após solicitação da Diretoria de Apoio Operacional, em atenção ao Relatório de Auditoria nº 152/2005-CGDF (fls. 169/178-p.p).

Por tratar-se de cópia da quarta via da empresa, observamos documentos com números, datas de saída e até mesmo valor ilegíveis, anotados a lápis (fls. 155 e 179/181-p.p). Notamos, ainda, que pouquíssimas cópias se encontram com os campos preenchidos referentes à data de recebimento e à identificação e assinatura do recebedor das mesmas (fls. 182/185-p.p).”.

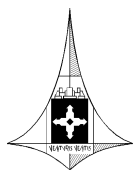
#### **Informação nº 29/07:**

**“21.** Os defendentes esclarecem que já foram prestadas as informações pelos setores envolvidos como:

- envio do Ofício nº 448/2005-DAO/SEAS à empresa contratada solicitando declaração de autenticidade dos dados constantes das cópias das notas fiscais juntadas ao Processo nº 100.000.454/2004, bem como sua resposta declarando a autenticidade das mesmas;
- adoção de providências junto às Unidades Operativas das SEAS, visando à localização das primeiras vias das notas fiscais em questão.

**22.** Ao passo, ressaltaram que, consoante o Relatório de Auditoria nº 96/2006-CONT/DIR, tais pendências já foram consideradas atendidas, conforme se depreende pela transcrição abaixo:

‘2.1.1 – Notas Fiscais não autenticadas e atestadas – A Unidade informou que os setores envolvidos com a liquidação da despesa no âmbito da Unidade foram alertados quanto à pendência e vem sendo observado desde então. Teste realizado nos processos de pagamento



não detectou a aludida falha. Portanto, somos de opinião que a pendência foi regularizada (**ANEXO III**).’

### **Nossas considerações**

**23.** A simples declaração de autenticidade das notas fiscais em causa, emitida pela empresa O Universitário - Restaurante, Indústria, Comércio e Agropecuária (fls. 187), não tem valor legal, uma vez que é parte interessada.

**24.** Quanto à adoção de providências juntos às Unidades Operativas da SEAS, ocorreram somente a partir de 2005 e por provocação do Controle Interno (fls. 47/62-Anexo II), sem contudo lograr êxito, demonstrando omissão dos administradores à época.

**25.** Com relação ao invocado Relatório de Auditoria nº 96/2006-CONDIR, considerando as pendências solucionadas (fls. 20/34-Anexo II), carece de informações precisas e de elementos que permitam aferir que as notas fiscais originais foram apresentadas, consoante recomendação contida no Relatório de Auditoria nº 152/2005, subitem 2.1.1, alínea “b” (fls. 799 do Processo nº 040.006.062/05). Por outro lado, os defendentes não apresentaram documentação dando prova do saneamento da questão. Dessa forma, os argumentos não prosperam.

**26.** Como dito na Informação de fls. 207, a liquidação e o pagamento de despesa sem respaldo em documento idôneo e sem o devido atesto da execução dos serviços prestados constituem infrações à norma legal e regulamentar de natureza orçamentária, financeira e contábil - art. 63 da Lei nº 4.320/64 e arts 56 e 58 do Decreto nº 16.098/94 – ensejadoras de irregularidades das contas, nos termos da alínea “b” do inciso III do art. 17 da LC nº 01/94. Todavia, não vislumbramos a necessidade de instauração de TCE por carecer de evidências de prejuízo.”.

**07.** Ressaltamos que a questão sobre as notas fiscais não autenticadas e atestadas (vide subitem 2.1.1 de fs. 794/795-ap<sup>1</sup>), dizem respeito apenas ao mês de fevereiro de 2004 e que as justificativas do gestor, foram no sentido de que as notas fiscais originais foram extraviadas, em razão do grande volume de documentos fiscais recebidos.

**08.** Embora com razão o Ministério Público no Parecer nº 0320/07-CF, fs. 351/356, ao opinar pela instauração de TCE, entendemos que o tempo decorrido dos extravios dos documentos, após cerca de 04 (quatro) anos e 04 (quatro) meses e a dificuldade na identificação exata do prejuízo, no nosso sentir, pode se tornar meramente protelatória na conclusão dos autos e de pouca eficácia na apuração de responsabilidade, não compensando maiores desdobramento da matéria. Ademais, a sugestão pelo julgamento irregular das contas, com aplicação de multa, neste caso, afigura-nos suficiente.

**10.** Quanto aos processos abordados na Informação nº 29/07 à f. 348, como sendo capazes de influenciar no julgamento destas contas, verificamos que o



Processo nº 3839/04, que trata de Auditoria Operacional procedida pela Corregedoria-Geral junto à SEAS/DF, aguarda o cumprimento do item II da Decisão nº 6161/2007, f. 405, que solicitou àquele órgão a realização de auditoria nas cinco maiores beneficiárias de subvenções sociais recebidas do Fundo de Assistência Social do DF nos exercícios de 2003 a 2006, exceto a conveniada Ação Social Nossa Senhora de Fátima, cuja fiscalização será efetuada pelo Tribunal em face da Decisão nº 565/07, f. 406, proferida no Processo nº 1484/04, o qual aguarda o resultado da referida auditoria. Desta forma, entendemos procedente a sugestão de sobrestamento, conforme item IV de f. 350.

11. Assim, a par das considerações apresentadas, entendemos que o Tribunal possa considerar não cumprida a presente diligência, dispensando excepcionalmente a instauração de TCE, em face da dificuldade na identificação do prejuízo e do tempo decorrido e acolher as sugestões de fs. 349/350.

12. Isto posto, somos porque o e. Plenário:

- a) tome conhecimento da documentação de fs. 882/1094 do Processo nº 040.006.062/2005;
- b) considere não cumprida a diligência contida na Decisão nº 2056/2007;
- c) acolha as sugestões de fs. 349/350.

À superior consideração.  
Brasília-DF, 24 de junho de 2008.

**RAIMUNDO NONATO F. DA SILVA**  
Analista de Finanças e Controle Externo

De acordo com as sugestões apresentadas.  
À consideração do Sr. Inspetor.  
Em \_\_\_/06/2008.

**Adalton Cardoso Flores**  
Diretor da Divisão de Contas da 2ª ICE